

✓ Política Linguística da Universidade Federal do Amazonas¹

Hellen Cristina Picanço Simas
Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Débora dos Santos de Miranda
Universidade Federal do Amazonas – UFAM Hellen Cristina Picanço Simas
Universidade Federal do Amazonas – UFAM
Débora dos Santos de Miranda
Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Resumo: O objetivo deste trabalho foi discutir a política linguística da Universidade Federal do Amazonas e identificar quais ações já foram implementadas depois de sua criação. A geração dos dados foi a partir de entrevistas com coordenadores de curso da UFAM e com alunos indígenas do Instituto de ciências sociais, Educação e Zootecnia (ICSEZ). Selecionou-se os passos metodológicos da pesquisa documental e de campo, utilizando-se a abordagem qualitativa para analisá-los a partir do referencial teórico sobre Políticas Linguísticas. Os resultados apontam que não houve implementação da política linguística da Ufam nestes 6 anos de existência. Somente um comitê permanente de Política Linguística da Ufam foi criado 5 anos após a criação da resolução 028/2018.

Palavras-chave: Política Linguística, Resolução 028/2018/UFAM, Planejamento linguístico

¹ A pesquisa teve o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM, por meio da bolsa produtividade, edital 013/2022 e por meio da bolsa de PIBIC da Cnpq – 2023-2024.

EN *Language Policy at the Federal University of Amazonas*

Abstract: The aim of this research was to discuss language policy at the Federal University of Amazonas (UFAM) and identify what actions have already been implemented since its creation in 2018. To generate the data, we selected the methodological steps of documentary and field research, interviewing UFAM course coordinators and indigenous students from the Institute of Social Sciences, Education and Zootecnia (ICSEZ), and using a qualitative approach to analyze them from the theoretical framework on language policy. The results show that, since the publication of Resolution no 28/2018, which covers language policy at the university, there have been no real changes.

Key-words: Language policy; Resolution no 28/2018/UFAM; Language planning; Strengthening indigenous languages.

ES *Política Lingüística de la Universidad Federal de Amazonas*

FR *Politique Linguistique de l'Université Fédérale d'Amazonas*

INTRODUÇÃO

O presente projeto visa discutir a política linguística da Universidade Federal do Amazonas e identificar quais ações já foram implementadas, visando entender se, na prática, os falantes de línguas indígenas sentem os impactos positivos das ações. Ações essas que constam na resolução nº 028/2018 do Art. 2º dos objetivos da Política Linguística da UFAM, fundamentada no inciso II, que “visa desenvolver programas e projetos direcionados ao letramento acadêmico e à formação linguística, tendo em vista a formação de um docente crítico e reflexivo da realidade do ensino”.

A presente resolução criada em 2018, é fruto da demanda locais da universidade, a saber: de proteção sociobiodiversidade do estado do Amazonas, da necessidade de promoção da educação cidadã por meio da Línguas brasileira de Sinais (Libras) e de desenvolvimento da competência linguística na comunidade acadêmica da Ufam (Souza, 2019), como também é fruto de demanda nacional criada pela Constituição Nacional, que exige a criação de políticas institucionais para efetivação da educação como direito universal. Porém, somente em 2002, por meio do decreto nº 9.005, houve a definição da competência da Diretoria de Políticas e Programas de Educação Superior, a qual definiu os parâmetros para que as universidades criassem suas políticas linguísticas (Souza, 2019).

Com este projeto desejamos apontar as ações que, de fato, se tornaram realidade na UFAM a partir da criação da Resolução nº 028/2018, que institui a Política Linguística na Universidade, cujos princípios do Art. 1º - são: “I. Reconhecimento do acesso ao aprendizado de línguas como direito de todos os cidadãos; IV. Respeito à diversidade linguística; VIII. Formação crítica e cidadã dos estudantes de línguas com vistas à formação do profissional global” (Resolução nº 028/2018, p.2). Por isso, nos debruçamos sobre a seguinte questão-problema: quais ações já foram implementadas e desenvolvidas pós criação da Política Linguística da Universidade Federal do Amazonas?

Para responder à questão, foi realizada discussão sobre o conceito de Política Linguística e planejamento linguístico. Em seguida, realizou-se uma incursão histórica sobre as leis

sobre política linguística no Brasil, que embasam diretamente a Resolução nº 028/2018 da UFAM. Etapa ajudou a compreender quais foram os processos de políticas linguísticas em diferentes períodos da história do Brasil. Por fim, realizou-se a análise das respostas às entrevistas e ao questionário geradas pela pesquisa, identificando as lacunas da política linguística da Ufam e apontando as sugestões para a implementação dela.

1. METODOLOGIA

Esta pesquisa, considerando seu objetivo é explicativa, pois tenta responder se houve a efetivação da política linguística da Ufam. Quanto a sua natureza é aplicada, pois, além de discutir o tema política linguística, vai a campo gerar dados, por meio de entrevista e questionário, que tratam sobre a efetivação da política linguística da Ufam. Considerando os procedimentos metodológicos, a pesquisa é classificada como pesquisa de campo, sendo o local de pesquisa a Universidade Federal do Amazonas. Participaram da pesquisa três estudantes indígenas, dos 3º, 5º e 7º períodos.

Tabela 1: Dados discentes do ICSEZ entrevistados

Dados dos entrevistados	Entrevistada 1	Entrevistada 2	Entrevistada 3
Etnia	Hixkaryana	Hixkaryana	Sateré-Mawé
Curso	Serviço Social	Zootecnia	Zootecnia
Sexo	Feminino	Feminino	Feminino
Idade	21 anos	19 anos	20 anos

Fonte: Autoras, 2024.

Segundo o setor de serviço social do Icsez, há 8 (oito) alunos indígenas estudando na instituição, porém somente três aceitaram participar desta pesquisa.

Tabela 2: Dados dos coordenadores e diretores da Ufam entrevistados

ORDEM	FUNÇÃO
1	Diretora do ICSEZ
2	Coordenador acadêmico do ICSEZ
3	Coordenadora do curso de Jornalismo
4	Coordenador do curso de Licenciatura em Naturais
5	Coordenador de Serviço Social

Fonte: Autoras, 2024.

O instrumento foi divulgado no grupo de coordenadores de curso da Ufam, mas somente cinco participaram da pesquisa.

Quanto à abordagem, a pesquisa é qualitativa, em que o pesquisador participa, comprehende e interpreta os dados gerados, bem como discute, correlaciona, interpreta situações, fatos, opiniões e concluir valores por meio de análise coerente, segundo Maria Michel (2009). A autora defende ainda que, na pesquisa qualitativa, o pesquisador é o agente que interpreta e discute e, assim, correlacionando tudo para chegar a concluir as análises correspondente.

A primeira etapa da pesquisa foi documental, que, segundo (Gil, 2002), apresenta uma série de vantagens. Primeiramente, há que se considerar que os documentos constituem fonte rica e estável de dados. Como os documentos subsistem ao longo do tempo, tornam-se a mais importante fonte de dados em qualquer pesquisa de natureza histórica. Entretanto Gil (2002) enfatiza também que convém lembrar que algumas pesquisas elaboradas com base em documentos são importantes não porque respondem definitivamente a um problema, mas porque proporcionam melhor visão desse problema ou, então, hipóteses que conduzem a sua verificação por outros meios. Nesta etapa, reunimos os documentos que tratam da Política linguística do Brasil, tais como: a Constituição de 1988; Lei 9394/1996; Lei 145/2002 e Resolução nº 028/2018.

A segunda etapa foi a Pesquisa de Campo, em que, segundo Gil (2002), estuda-se um único grupo ou comunidade em termos

de sua estrutura social, ou seja, neste caso o nosso grupo de estudo é parte da comunidade acadêmica da Ufam, especificamente atuam como coordenadores de curso de graduação, pós-graduação e coordenadores acadêmicos, além de parte serem discentes da instituição.

Os procedimentos da pesquisa foram os seguintes: geração de dados; análise do material gerado por meio de questionário eletrônico e de entrevistas; análises e redação do relatório final. As entrevistas foram realizadas com discentes, por meio dos diálogos aprofundados sobre as políticas linguísticas nos espaços da instituição.

O questionário eletrônico, elaborado no google forms, foi enviado a coordenadores de curso e diretores de institutos, questionando-os sobre a implementação da política linguística da Ufam.

Os procedimentos de análises se desenvolveram por meio das seguintes etapas: organização das respostas, pré-análise e interpretação e análise dos resultados. Primeiro, na fase pré-análise, elaborou-se hipóteses a serem confirmadas ou descartadas ao longo da pesquisa. Segundo organização dos dados gerados por meio de entrevista e do formulário eletrônico, a fim de facilitar a interpretação dos dados, registrar as constatações sobre cada material analisado. Terceiro, partimos para as análises das informações geradas e das análises interpretativa dos dados, conforme a base teórica dos estudos em torno de políticas linguísticas. A partir dos resultados obtidos, os comparamos com fenômenos semelhantes já estudados por outros pesquisadores, a fim de estes estudos também subsidiarem a solução do problema de pesquisa.

2. CONCEITUANDO POLÍTICA LINGUÍSTICA E PLANEJAMENTO LINGUÍSTICO NO BRASIL

No Brasil, a política linguística inicial ocorreu de forma complexa e sustentou a errônea ideia de uma língua nacional, homogênea e hegemônica, visão que ainda está enraizado na sociedade. Visão contrária a grande diversidade linguística no Brasil, que, infelizmente, na maioria das vezes, não é

apoizada pelas instituições com ações para o fortalecimento das línguas. A Década Internacional das Línguas Indígenas (DILI), em vigor, foca nesta discussão para os povos indígenas serem protagonistas de suas histórias e poderem participarem da tomada de decisões na implementação das políticas de suas línguas.

A política linguística de Manutenção Linguística ocorre no Brasil a partir da Constituição de 1988, art. 231 da Constituição, a qual reconhece a organização social, costumes, línguas, crenças e tradições próprios dos povos originários e direitos sobre as terras que tradicionalmente ocupam. Assim, a lei maior do Brasil permitiu o uso e ensino das línguas indígenas em escolas indígenas. Depois, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, seguiu os princípios constitucionais.

As leis que garantem a política linguística de manutenção linguística são importantes, porém, para Calvet (2007), não é possível falar de política linguística sem falar de planejamento linguístico, o qual é visto, por ele, como sendo a implementação das políticas. Segundo Cooper (1997, p.60), “O planejamento linguístico compreende os esforços deliberados para influir no comportamento de outras pessoas a respeito da aquisição, da estrutura ou da correspondência funcional dos seus códigos linguísticos”. De acordo com o autor (1997), o planejamento linguístico deve levar em consideração as seguintes questões: o porquê se planeja? Como se planeja? Um dos questionamentos do autor é sobre o “O porquê se planeja? Faz-se necessário entender o porquê é essencial planejar. O planejamento envolve o aspecto da realidade social que provoca efetiva mudança, quem sai beneficiado, envolve decisões sobre os padrões de linguagem educacionais e normas gramaticais, envolve não somente uma implementação, mas também reflexão sobre os objetivos e as formas planejadas. Outro ponto é sobre “Como se planeja? A forma de buscar meios para serem utilizados para a implementação é uma abordagem reflexiva para alcançar os objetivos. Cooper (1997) também aponta uma divisão para o planejamento linguístico, a saber:

Tabela 3: Focos do planejamento linguístico

1º	Planejamento do <i>corpus</i> da língua
2º	<i>Status</i> da língua
3º	Aquisição linguística

Fonte: Elaborado pelas autoras (2024)

Por sua vez, Calvet (2007) destaca que o planejamento pode ser indicativo, ou seja, quando há diferentes forças sociais convergindo para um acordo, ou imperativo, quando forma autoritária é a base do planejamento.

No Brasil, existe diversidades de povos indígenas, cada um com sua cultura e língua, por isso o planejamento linguístico indígena é de fundamental importância, pois está voltado para ações em prol do uso da língua nativa de um povo minorizado, com o objetivo de fortalecer sua identidade cultural, envolvendo padronizações ortográficas e elaborações de normas gramaticais para o ensino da língua, promovendo a inclusão social. Para efetivação de um planejamento linguístico, é fundamental o reconhecimento e o apoio nas instituições promovendo a igualdade e oportunidades educacionais.

3. A POLÍTICA LINGUÍSTICA DE CO-OFFICIALIZAÇÃO DE LÍNGUAS INDÍGENAS NO BRASIL – IBGE

Na tentativa de fortalecer as línguas indígenas, que são 274 línguas no Brasil (IBGE, 2022), existem cerca, sendo 29 delas faladas no estado do Amazonas (FEP 2000). Patrimônio imaterial que deve ser valorizado, por isso foram criadas leis municipais de cooficialização de línguas indígenas no Brasil. Em 2002, no São Gabriel da Cachoeira, do Amazonas, cooficializaram as línguas Neengatu, Tukano e Baniwa, dentre as 22 línguas faladas no município. A Lei nº.145/2002 – Lei de Cooficialização das línguas indígenas no município de São

Gabriel da Cachoeira foi regulamentada na Lei 210/2006, que tratou da cooficialização das línguas Neengatu, Tukano e Baniwa, a Língua Portuguesa no município de São Gabriel da Cachoeira do Amazonas. Segundo Silva (2013, p.43):

O processo de Cooficialização de línguas é um movimento social [e político], de reconhecimento de direitos dos falantes de outras línguas brasileiras, [além de ser] um movimento, chamado bottom up (de baixo para cima), [cuja iniciativa é de caráter popular, realizado por] comunidades que se sentem representadas por seus municípios.

Atualmente, há 13 línguas indígenas cooficializadas em municípios brasileiros, conforme apontam dados do Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística, (IPOL):

Imagen 1: Línguas indígenas cooficializadas

Língua	Município	Lei – Ano
Baniwa	São Gabriel da Cachoeira (AM)	Lei n. 145/2002
Neengatu	São Gabriel da Cachoeira (AM)	Lei n. 145/2002
Tukano	São Gabriel da Cachoeira (AM)	Lei n. 145/2002
Ianomami	São Gabriel da Cachoeira (AM)	Lei n. 0084/2017
Guarani	Tacuru (MS)	Lei n. 848/2010
Akwé-Xerente	Tocantínea (TO)	Lei n. 411/2012
Macuxi	Bonfim (RR)	Lei n. 211/2014
	Cantá (RR)	Lei n. 281/2015
Wapichana	Bonfim (RR)	Lei n. 211/2014
	Cantá (RR)	Lei n. 281/2015
Mebêngôkre/Kayapó	São Félix do Xingu (PA)	Lei n. 571/2019
Tenetehara/Guajajara	Barra do Corda (MA)	Lei n. 900/2020
Tikuna	Santo Antônio do Içá (AM)	Lei n. 298/2020
Tupi-nheengatu	Monsenhor Tabosa (CE)	Lei n. 13/2021
Terena	Miranda (MS)	Lei n. 1.382/2017 Lei n. 1.417/2019

13 línguas indígenas em 10 Municípios

Fonte: IPOL, 2024

Em 2023, a Lei n.º 6.303, de 19 de julho de 2023 estabeleceu a cooficialização de línguas indígenas nos municípios de Manaus e **INSTITUI** a Política Estadual de Proteção das Línguas Indígenas do Estado do Amazonas" (AMAZONAS, 2023, p. 1). As línguas cooficializadas foram estas:

Art. 2º Sem prejuízo do idioma oficial brasileiro, são cooficiais, no Estado do Amazonas, as seguintes línguas indígenas, dentre outras: **I - Apurinã; II - Baniwa; III - Desána; IV - Kanamari; V - Marubo; VI - Matis; VII - Matsés;**

VIII - Mawé; IX - Múra; X - Nheengatu (Língua Geral Amazônica); XI - Tariána; XII - Tikuna; XIII - Tukano; XIV - Waiwái; XV - Waimirí; XVI – Yanomami (Amazonas, 2023, p. 1).

Destaca-se que a falta de política linguística adequada submete as línguas indígenas ao risco de extinção. Por isso, faz-se necessário políticas para preservação das línguas indígenas, ou seja, o Estado precisa intervir e, segundo Calvet (2007, p.76), para intervir, o Estado utiliza-se da lei, que "é um dos principais instrumentos do planejamento linguístico". As leis de cooficializações são apenas em nível de município, diferentemente do que ocorre em outros países como Paraguai e Bolívia, que cooficializaram a língua guarani em nível federal.

A Universidade Federal do Amazonas, seguindo os pressupostos legais criou uma política linguística para universidade, a qual passaremos a conhecer a seguir.

4. POLÍTICA LINGUÍSTICA DA UFAM/ RESOLUÇÃO Nº028/2018

A Universidade Federal do Amazonas (UFAM), por meio da Resolução nº 028/2018, instituiu a Política Linguística na Universidade. A resolução pauta-se em oito princípios, a saber:

I Reconhecimento do acesso ao aprendizado de línguas como direito de todos os cidadãos;

II Democratização do acesso ao aprendizado de línguas e letramento acadêmico para a comunidade da UFAM e em geral;

III Convivência harmônica de comunidades plurilíngues;

IV Respeito a comunidade plurilíngue;

V Reconhecimento da importância de práticas multilíngues e interculturais no contexto do ensino-aprendizagem de línguas;

VI Valorização das inter-relações acadêmicas e culturais para a construção partilhada do conhecimento, valorização e apoio às ações de internacionalização acadêmica;

VII Difusão internacional das produções intelectuais, científicas, artística, cultural e de inovação tecnológica realizada na UFAM;

VIII Formação crítica e cidadã dos estudantes de línguas com vistas à formação do profissional global (Ufam, 2018, p. 1).

O Art. 2º destaca os objetivos da Política Linguística da Instituição. São compostos por dezesseis incisos, dentro os quais destacamos os seguintes:

I Propor iniciativas que visem a valorização da aprendizagem de línguas em curto, médio e longo prazo toda a comunidade acadêmica;

II Desenvolver programas e projetos direcionados ao letramento acadêmico e à formação linguística;

VI Colaborar para a formação linguística continuada de profissionais que atuam na área de ensino de idiomas da Educação Básica;

X Fomentar ações de ensino, pesquisa, extensão e inovação tecnológica voltados para a Língua Portuguesa, LIBRAS- Língua Brasileira de Sinais, Espanhol para as áreas de fronteira, línguas estrangeiras modernas, línguas clássicas e línguas indígenas;

XI Criar programas e projetos que visem a inserção da comunidade surda junto à UFAM (Ufam, 2018, p. 1-2).

A resolução de política linguística da Ufam foi justificada, considerando-se a diversidade dos povos indígenas da região e sua quantidade, a maior do país, visando valorizar a cultura dos povos, bem como se considerou a promoção da educação cidadã pelo uso da Língua Brasileira de Sinais (Libras). Estes fatores fundamentaram a decisão de institucionalização da Política Linguística da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), por meio da Resolução nº 028/2018, aprovada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe).

A resolução reflete a necessidade compreender a universidade como um ambiente particular, onde os alunos precisam se inserir completamente para desenvolver sua identidade acadêmica. As comunidades não apenas convivem com diferentes línguas, mas criam novas formas de comunicação e interação cultural (FREIRE, 2018).

A implementação da política linguística ficou a cargo do Comitê de Política Linguística (CPL/Ufam), vinculado ao Núcleo de Línguas Idiomas sem Fronteiras (Nucli/IsF). A operacionalização da Política Linguística ficou a cargo da Faculdade de Letras (Flet). A participação da faculdade de letras será de forma efetiva, pois docentes da FLET serão membros do Comitê de Políticas Linguísticas (CPL/Ufam), garantindo que a FLET esteja na execução da citada política de forma efetiva.

Entre os objetivos delineados para a execução, é possível destacar a proposição de iniciativas de aprendizagem de línguas em curto, médio e longo prazo para toda a comunidade acadêmica; O desenvolvimento de programas e projetos direcionados ao letramento acadêmico e à formação linguística; E o ensino estratégico com o intuito de fortalecer o Ensino, a Pesquisa, a Extensão e a Inovação Tecnológica (Resolução 028/2018, p. 2)

A instituição visa estabelecer programas que promovam a aprendizagem de línguas, abrangendo diferentes prazos para atender às necessidades da comunidade acadêmica. Busca-se,

assim, fortalecer a formação linguística dos acadêmicos, contribuindo para a carreira acadêmica e futuramente profissionais.

5. ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA DE CAMPO

5.1 Dados da entrevista com alunos indígenas

Nesse momento, refletimos sobre os dados da entrevista, especificamente sobre identificação de etnia, dificuldades linguísticas dos educandos na Ufam, campus Parintins, sobre o conhecimento que têm sobre as leis de política linguística da universidade, se conseguem visualizar a valorização de sua língua nativa pela universidade e se sofrem preconceito linguístico os falantes de uma língua indígena. Cada entrevistado teve a oportunidade de responder a partir de suas vivências perpassadas pelo âmbito universitário. A entrevista foi composta por 10 (dez) questões, respondidas por 3 estudantes indígenas, cursando o 3º, 5º e 7º período. O primeiro questionamento buscou identificar se o estudante é falante de língua indígena, tendo o seguinte resultado:

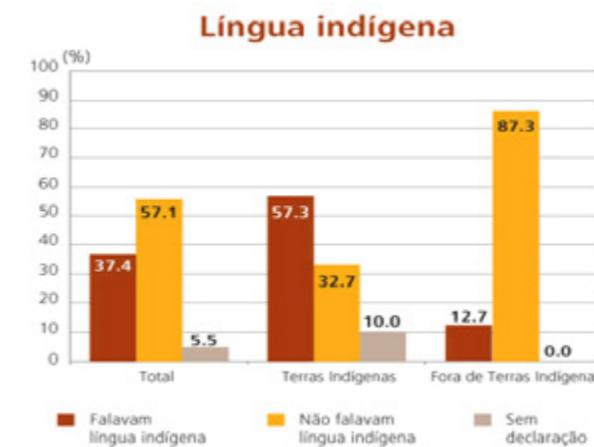
Tabela 4: Quantitativo de falantes de língua indígena

Se fala a língua indígena (n=3)	
Sim	total 2
Não	total 1

Fonte: Elaborada pelas autoras (2024)

A problemática de perda linguística ao vir para morar na cidade é a problemática destacada por uma entrevistada ao ser perguntada se falava a língua indígena: “Não, pois eu não fui criada na aldeia indígena, somente a minha vó paterna que fala a linguagem indígena”. O local por excelência de preservação da língua nativa ainda é aldeia, conforme IBGE, 2022:

Gráfico 1: Línguas Indígenas em 2010¹



¹ O censo de 2022 não levantou informações sobre as línguas indígenas do Brasil.

Fonte: IBGE, 2010

No contexto urbano, a perda linguística ocorre pela crescente escolarização na língua portuguesa, apesar de a Carta Magna do Brasil (1988) garantir o ensino das línguas indígenas, ensino e aprendizagem este direito fica restrito às escolas das aldeias. Em seguida, perscrutamos sobre situações de preconceito por falarem a língua indígena aos falantes, obtendo-se as seguintes respostas:

Tabela 5: Preconceito Linguístico

Se recebeu preconceito por falar a língua indígena (n=3)	
Sim	total 0
Não	total 3

Fonte: Organizada pelos autores

Observa-se que todos dizem que não receberam preconceito, mas o que chama atenção é a explicação de um deles: “Não, pois nunca falo minha língua materna por ter sempre vivenciado preconceito desde sempre, não só na universidade” (Entrevistado 1). Dado que dialoga com o encontrado em pesquisa junto a indígena sateré-mawé residente na área urbana de Parintins: “100% dos entrevistados sentem-se discriminados ao falar a língua Sateré-Mawé” (Simas et al, 2016, p.171 in Albuquerque, 2016), ou seja, o entrevistado diz que não recebe preconceito atualmente pelo fato de evitar falar a língua sateré-mawé por já ter sido alvo de preconceito. Atitude linguística do falante autoproteção, mas que revela,

apesar de negar, que os falantes de língua indígena sateré-mawé sofrem preconceito linguístico.

Considerando que a transmissão oral na família é importante para a vitalidade de uma língua, questionou-se os entrevistados sobre se pretendia repassar a língua indígenas aos filhos, caso os tenham:

Tabela 6: Transmissão linguística intergeracional

Fonte: Organizada pelas autoras

Você pretende transmitir sua língua para seus filhos, caso os tenha? (n=3)	
Sim	total 3
Não	total 0

Dado importante, pois mostra a consciência dos entrevistados de que a perda linguística é prejudicial à cultura do povo, como observa-se: “Pretendo sim, pois é uma maneira de não perder a língua materna” (ENTREVITADO 1). Por outro lado, a transmissão da língua para não indígena não obteve consenso na resposta, dois responderam que ensinariam a língua a pessoa não indígena e 1 respondeu que não ensinaria, alegando preconceito para com a língua indígena: “Não, pois a maioria das pessoas que pedem para ensinar depois acabam tento preconceito sobre a língua ensinada e também por ser uma particularidade a ser difícil” (Entrevistado 1).

A pesquisa contemplou as dificuldades linguísticas que os estudantes poderiam ter enfrentado ao adentrar a instituição. Por serem falantes também de língua portuguesa não sentiram tanta dificuldade na socialização do curso, conforme responderam:

Por ter feito todo o ensino básico e médio na cidade de Nhamundá, quando cheguei na Universidade não tive muitas dificuldades por ter aprendido o português (Entrevista 1).

Não tive tanta dificuldade, pois como já sei um pouco da língua Portuguesa, não tive problema com comunicação (Entrevista 2).

Bom, não tive nenhuma dificuldade em relação a linguagem pois, eu não sou fluente na língua indígena (Entrevista 3).

Segundo o autor Santos (2006.p.129), a educação indígena refere-se aos povos indígenas passarem seus conhecimentos aos mais novos, contudo, com a mudança para a cidade, a língua indígena não é falada, pois predomina a língua dominante, que é a língua portuguesa. Também em contexto urbano, os estudantes indígenas não têm a língua indígena como objeto de estudo ou como língua de interações, pois não tem professores capacitados para o ensino.

A pesquisa também se preocupou com o conhecimento dos acadêmicos a respeito das leis de política da universidade, obtendo as seguintes respostas sobre se conhecem a lei de política linguística da Ufam: “Nunca ouvir falar sobre tais leis” (Entrevistado 1); Não, nunca ouvir; (Entrevistado 2) e “Já ouvir falar a respeito” (Entrevistado 3).

Dados que mostram que a maioria não conhece a política linguística da instituição, logo não podem acessar aos benefícios dela ou mesmo cobrar por sua execução. A questão envolve os direitos linguísticos dos acadêmicos na instituição, mas eles estão sem acesso a ele.

Apesar de não identificarem ações da política linguística da Ufam, dois veem positivamente atitudes de professores em sala em prol das línguas indígenas por falarem sobre elas:

Sim, pois a maioria dos professores que ministram as aulas sempre perguntam sobre (Entrevistado 1)

Não (Entrevistado 2)

Bom, pode-se observar que os cursos que existem na universidade sempre estão destacando e mostrando para a comunidade acadêmica as relações indígenas tanto na linguagem e a cultura do nosso povo, isso é muito bom de se ver (Entrevistado 3)

A pesquisa questionou sobre sugestões para melhorar a política linguística da Ufam: dois não deram sugestão, alegando

desconhecimento sobre a resolução e 1 entrevistado apontou o seguinte: “Que possam contratar professores fluentes na língua indígena” (Entrevistado 3, 2024). A resposta dele toca na questão de a necessidade de professores indígenas falantes nativos de línguas indígenas adentrarem as universidades no corpo docente. Segundo Censo da Educação Superior (2021), somente 428 dos 483 mil professores de ensino superior são indígenas. Não há dados sobre quantos deles falam a língua indígena, mas ocupar os espaços na universidade traz um diferencial e ações em prol aos povos indígenas, inclusive podendo ter ensino-aprendizagem de língua indígenas na universidade, um dos objetivos da política linguística da Ufam, que ainda não foi colocada em prática.

Para finalizar a entrevistas, questionou-se sobre o futuro das línguas indígenas, obtendo-se as seguintes respostas:

Penso que futuramente possa se manter e expandir junto à comunidade (Entrevistado 1);

Eu penso que pode ser extinta porque provavelmente a língua HixKaryana não tem uma população numerosa (Entrevistado 2);

Que tenha mais inclusão nas universidades e mais professores na área, para auxiliar os alunos que são fluentes na língua indígena (Entrevistado 3).

Dois entrevistados responderam positiva em relação à sobrevivência da língua indígena e um negativamente, pois vê o número de falantes pequenos, o que aponta para a extinção da língua hixkariana na opinião dele. O número baixo de falantes realmente aponta que a língua este em perigo de extinção, segundo Aryon Rodrigues (2005, p.1), “No plano mundial tem-se considerado que hoje qualquer língua falada por menos de 100 mil pessoas tem sua sobrevivência ameaçada e necessita de especial atenção”. A população hixkaryana é atualmente de pessoas, mesmo que todas falem a língua hixkaryana, a citada língua pode ser considerada em processo de extinção.

Se ações efetivas não forem realizadas em prol da língua hixkaryana como expansão dela na comunidade indígena no

sentido de número de falantes, como apontou o entrevistado 1 e não haver a inclusão dela nas universidades e mais professores fluentes em língua hixkaryana para ensinarem os alunos nas escolas indígenas, conforme citou o entrevistado 3, realmente a língua nativa do povo Hixkaryana pode ser extinta.

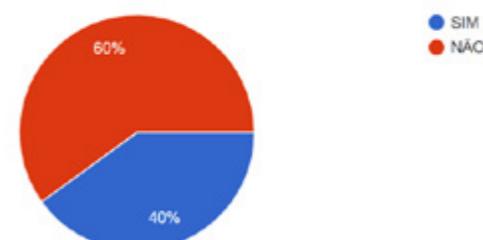
5.2 Dados da entrevista com coordenadores de cursos e direção de instituto

A primeira pergunta foi sobre o conhecimento dos gestores sobre a política linguística da Ufam, maioria do campus Parintins, que apontou que a maioria não conhece a citada resolução 028/2018, conforme gráfico

Gráfico 2: Primeira pergunta

2. Conheces a resolução 028/2018, que trata da Política Linguística da Ufam?

5 respostas



Fonte: Organizado pelos autores

Ficou claro que a maioria dos gestores entrevistados não conhece a política linguística da Ufam, criada em 2018. Isso possivelmente ocorre, porque somente em 27 de julho de 2023, 5 anos depois da criação da resolução, foram nomeados os membros para compor o comitê permanente de Política Linguística da Ufam para pensarem a implementação da citada resolução na Ufam (Portaria 68). Logo, conclui-se que houve morosidade na implementação da normativa.

Em seguida, questionamos se os gestores conheciam ações de implementação da Política Linguística da Ufam: Se conheces, quais ações já foram implementadas em seu curso para a efetivação da Política Linguística da Ufam?

7 respostas

Apesar de conhecer, não vi nenhuma iniciativa na implementação de tal política no Instituto (Entrevistado 1);

Ainda vejo iniciativas muito isoladas, com divulgação tímida junto ao corpo discente (Entrevistado 2);

Iniciativas do CEL têm divulgação genérica, mas vejo que poucos alunos conhecem (Entrevistado 3);

Não fomos orientados formalmente pela PROEG ou outro setor da Ufam sobre implementação da mesma (Entrevistado 4).

Desconheço (Entrevistado 5).

Não conheço (Entrevistado 6).

Olha, eu sei que tem a Resolução, porém confesso que nunca verifiquei elementos específicos do que se trata (Entrevistado 7)

Dois desconhecem as ações de implementação da resolução em estudo e três conhecem, mas apenas dois citam a ação divulgação da resolução como ação, porém de forma tímida e isolada. O CEU é o Centro de Línguas da Ufam, responsável por ofertar curso de línguas estrangeiras para a comunidade acadêmica. Então, a ação a que o entrevistado se refere por ser genérica pode não ser por motivo da resolução, mas da própria função que o CEU desenvolve. Assim, temos a indicação de que a única ação realizada até o momento foi a divulgação da resolução 028/2018, mesmo que de forma tímida.

Vejamos as respostas a terceira pergunta: O objetivo da política linguística da Ufam é desenvolver programas e projetos direcionados ao letramento acadêmico e à formação linguística, tendo em vista a formação de um docente crítico e reflexivo da realidade do ensino. Diante disso, quais sugestões, enquanto coordenador de curso, propõe para que esta política consiga

ser implementada na Ufam e, especificamente, no curso de graduação que coordena?

6 respostas

Eu entendo que o letramento acadêmico e formação linguística deveria ser para toda comunidade acadêmica e não somente ao docente como citado na pergunta.

Temos recebido ingressantes cada vez mais jovens e com inúmeras fragilidades na formação básica, o que impacta no acompanhamento às disciplinas iniciais na graduação. Assim entendo que o letramento acadêmico em especial, por meio de um programa poderia contribuir significativamente para maior e melhor participação nas disciplinas e trabalhos escritos. Quanto a formação linguística seria muito interessante desenvolver projetos/programas com este fim, visto recebermos nas unidades estudantes oriundos de áreas indígenas em que poderia ser trabalhado no multilinguismo e multiculturalismo. Acredito que projetos e programas interdisciplinares seriam importantes e fortalecedores do processo de aprendizagem em anos iniciais (Entrevistado 1).

Criação de programas de extensão que promovam a interação entre ouvintes e surdos, para aprendizagem de LIBRAS; Promoção de interação com cursos/ instituições estrangeiras para que vejam a importância e necessidade de aprender outros idiomas (Entrevistado 2).

Publicizar ações e estratégias sobre aplicabilidade da referida Resolução (Entrevistado 3).

Sugiro a realização de minicursos e oficinas voltados para atividades de letramento acadêmico (leitura crítica e escrita científica) e formação linguística. Em especial, no jornalismo, também pode ser interessante criar projetos de extensão voltados para a divulgação de ciência e as formações do público interno e externo à Universidade em torno da cidadania digital e do net-ativismo, fazendo das tecnologias digitais aliadas nesse processo de

ensino-aprendizagem e também de expressões de diversidade e luta dos povos indígenas (Entrevistado 4).

Oferecer cursos de extensão para a comunidade universitária. Promover rodas de conversas sobre questões de linguística como ferramenta para enriquecimento do ensino (Entrevistado 5);

Entrevistado 6 – Não respondeu;

Bom, primeiramente temos que considerar o avanço no âmbito da UFAM em criar uma política linguística que pensa a diversidade de línguas no contexto amazonense, incluindo as diferentes etnias indígenas, a língua brasileira de sinais, além das dificuldades recorrente que os discentes enfrentam ao adentrar no ensino superior e ter que lidar com uma robustez científica em que a língua acadêmica acaba por se tornar um desafio.

Apesar da criação da política, considero que há desafios no seu processo de implementação. Por exemplo, ainda há pouca aproximação e debates entre os cursos do ICSEZ com a gestão da política. No próprio Serviço Social vejo que o conteúdo da política não chega para os alunos ou quando se faz referência à política ainda é bem parcial. Por isso considero fundamental uma maior divulgação e explicação sobre a importância dessa Política para os docentes e discentes, sobretudo em um momento onde a comunidade acadêmica se diversifica e apresenta novos desafios para o processo de ensino-aprendizagem (Entrevistado 7).

A ações como divulgação da legislação de política linguística da Ufam, minicursos, oficinas, cursos de extensão, roda de conversas, projetos e programas voltados para a formação do público interno da Ufam foram as ações citadas pelos entrevistados. Destacaram a necessidade do letramento acadêmico dos alunos, do ensino-aprendizagem de LIBRAS e de tratar o contexto multicultural e multilingüístico da Ufam.

As sugestões dos entrevistados dialogam com os objetivos da resolução 028/2018 (Consep, 2018, p.2): “desenvolver programas

e projetos direcionados ao letramento acadêmico e à formação linguística e fomentar ações de ensino, pesquisa, extensão e inovação tecnológica voltados para LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais, Espanhol para área sem fronteiras, línguas estrangeiras modernas, línguas clássicas e línguas indígenas”.

CONCLUSÃO

Diante dos discursos, sobre a política linguística da Universidade Federal do Amazonas, a pesquisa identificou que não foram implementadas ações para a resolução 028/2018 ser colocada em prática. Somente houve, segundo alguns entrevistados, divulgação da resolução de forma genérica e sem grande alcance. Por isso, esta pesquisa não conseguiu mostrar as ações de política linguística implementadas na UFAM. Registra-se somente a criação em 2023 do comitê permanente de Política Linguística da Ufam (Portaria 68). Assim, como não houve implementação da resolução, há uma grande lacuna entre a resolução e prática, pois nada foi realizado até o momento.

Por isso, apresentamos propostas de ações no campo das políticas linguísticas para línguas indígenas na UFAM, sugerimos que:

1. Realização de um levantamento sociolinguístico na Ufam, a fim de conhecer as línguas indígenas faladas por sua comunidade acadêmica e nível de proficiência na leitura, escrita, compreensão e fala;
2. Criação de cursos contínuos com a participação de falantes nativos de línguas indígenas para formação da comunidade acadêmica. Sugere-se o modelo europeu de ensino-aprendizagem de segunda língua (L2), com uso do **Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas**: Aprendizagem, Ensinamento, Certificação, cujos níveis são A1 (básico iniciante), A2 (básico intermediário), B1 (falante independente nível mínimo), B2 (falante independente nível avançado), C1 (proficiente avançado) e C2 (domínio pleno). Vejamos com mais detalhes as competências de cada nível:

Imagen 3: Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas

Utilizador proficiente	C2	É capaz de compreender, sem esforço, praticamente tudo o que ouve ou lê. É capaz de resumir as informações recolhidas em diversas fontes orais e escritas, reconstruindo argumentos e fatos de um modo coerente. É capaz de se exprimir espontaneamente, de modo fluente e com exalação, sendo capaz de distinguir finas variações de significado em situações complexas.
	C1	É capaz de compreender um vasto número de textos longos e exigentes, reconhecendo os seus significados implícitos. É capaz de se exprimir de forma fluente e espontânea sem precisar procurar muito as palavras. É capaz de usar a linguagem de forma eficaz para fins sociais, profissionais e pessoais. Pode exprimir-se sobre temas complexos, de forma clara e bem estruturada, manifestando o domínio de mecanismos de organização, de articulação e de coerção do discurso.
Utilizador independente	B2	É capaz de compreender as ideias principais em textos complexos sobre assuntos concretos e abstratos, incluindo discussões técnicas na sua área de especialização. É capaz de se comunicar com um certo grau de espontaneidade e a vontade com falantes nativos, sem que haja tensão de parte a parte. É capaz de exprimir-se de modo claro e pormenorizado sobre uma grande variedade de temas e explicar um ponto de vista sobre um tema da actualidade, expondo as vantagens e os inconvenientes de várias possibilidades.
	B1	É capaz de compreender as questões principais, quando é usada uma linguagem clara e os assuntos lhe são familiares (temas abordados no trabalho, na escola e nos momentos de lazer, etc.) É capaz de lidar com a maioria das situações encontradas na região onde se fala a língua-alvo. É capaz de produzir um discurso simples e coerente sobre assuntos que lhe são familiares ou de interesse pessoal. Pode descrever experiências e eventos, sonhos, esperanças e ambições, bem como expor brevemente razões e justificações para uma opinião ou um projeto.
Utilizador elementar	A2	É capaz de compreender frases isoladas e expressões frequentes relacionadas com áreas da prioridade imediata (ex.: informações pessoais e familiares simples, compras, meio circundante). É capaz de se comunicar em tarefas simples e em rotinas que exigem apenas uma troca de informação simples e direta sobre assuntos que lhe são familiares e habituais. Pode descrever de modo simples a sua formação, o meio circundante e, ainda, referir assuntos relacionados com necessidades imediatas.
	A1	É capaz de compreender e usar expressões familiares e cotidianas, assim como enunciados muito simples, que visam satisfazer necessidades concretas. Pode apresentar-se e apresentar outros e é capaz de fazer perguntas e dar respostas sobre aspectos pessoais como, por exemplo, o local onde vive, as pessoas que conhece e as coisas que tem. Pode comunicar-se de modo simples, se o interlocutor falar lenta e distinadamente e se mostrar cooperante.

Fonte: <https://www.altidiomas.com/metodologia-de-ensino/quadro-europeu-comum/>

A citada proposta colocaria em prática os objetivos da resolução 028/2018 (CONSEP, 2018, p.2): “propor iniciativas de aprendizagem de línguas em curto, médio e longo prazo para toda a comunidade acadêmica e de ampliar e desenvolver a competência linguística da comunidade acadêmica”;

1. Divulgação da legislação da resolução 028/2018 junto aos estudantes indígenas e aos docentes que trabalham com estudantes indígenas, principalmente nas licenciaturas interculturais;
2. Contratação de professores indígenas falantes de línguas nativas para atuação nas licenciaturas indígenas e para implementar as ações de política linguística na área de língua indígena;
3. Produção de livros bilíngues em língua indígena e português;
4. Escrita de teses, dissertações e trabalho de conclusão de curso em língua indígena e em português por falantes nativos de línguas indígenas;
5. Criação de projetos de tradução de texto acadêmicos para línguas indígenas.

Estas ações colocariam em prática o objetivo da resolução

028/2018 (Consep, 2018, p.2): “desenvolver ensino estratégico com o intuito de fortalecer o Ensino, a Pesquisa, a Extensão e a Inovação Tecnológica e colaborar para a produção de materiais institucionais em versão multilíngue”.

É necessária uma discussão ampliada com toda a comunidade acadêmica para captar propostas para a implementação da resolução 028/2018, bem como realizar a divulgação dela dentro da Ufam. Do contrário, passaram mais anos e continuaremos apenas com a resolução criada sem ser aplicada.

REFERÊNCIAS

AT. Quadro Europeu Comum. Disponível em: <<https://www.altidiomas.com/metodologia-de-ensino/quadro-europeu-comum/>>. Acesso em: 20.08.2024

BARTOLLI, Estevão et al (org). **Parintins: sociedade, território e linguagem**. Manaus: Edua, 2016.

BRASIL. Constituição 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, 2016.

BRASIL, Presidência da República. **Diário Oficial da União**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/cCivil_03/LEIS/2002/L10436.htm>. Acesso em: 30.abr.2023.

CALVET, L.J. **As políticas linguísticas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

CONSEP, **Resolução 028-2018-UFAM**. Disponível em: <<https://edoc.ufam.edu.br/bitstream/123456789/3014/6/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20028%20de%202018.pdf>>. Acesso em: 30. abr.2023.

COOPER, Robert L., **La planificación lingüística y el cambio social**. Cambridge: University Press, 1997.

D' ANGELIS, Wilmar da Rocha. **Línguas indígenas precisam de escritores?** Como formá-los? Cefiel/IEL/Unicamp. Ministério da Educação, 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IPOL. **Lista de línguas Co oficiais em municípios brasileiros**. Disponível em: <<http://ipol.org.br/lista-de-linguas-co-oficiais-em-municípios-brasileiro/>>. Acesso em: 16.fev.2024.

IBGE. IBGE mapeia a população indígena. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/14389-asi-ibge-mapeia-a-populacao-indigena>>. Acesso em: 10.08.2024

Lei 145/2002- Lei de Co oficialização das Línguas Indígenas no município de São Gabriel da Cachoeira: **O primeiro passo Legal para o Direito à Diversidade Linguística no Brasil**. Disponível em: Encontro_9_Politica_Linguistica_e_Politica_de_Linguis_1_Eneida.pdf. Acesso em: 16. fev. 2024.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

Ministério de Educação e Cultura. **LDB- Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**.

RODRIGUES, Aryon. **Sobre As Línguas Indígenas e sua Pesquisa no Brasil** (2005). Disponível em: <<http://www.etnolinguistica.org/artigo:rodrigues-2005>>. Acesso em: 10.08.2024

SILVA, Fabiana Sarges da. A lei de Cooficialização das línguas Tukano, Nheengatu e Baniwa em São Gabriel da Cachoeira-AM: **questões sobre política linguística em contexto multilíngue**. Dissertação (mestrado em letras) – Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2013.

SIMAS-PICANÇO, Hellen Cristina; PEREIRA-MENDES, Regina Celi; SILVA DA PEREIRA, Raynica Geraldine. **Políticas linguística nas escolas Yanomami e Potiguara**. Ponta Grossa-PR: Atena, 2022.

SOUZA, Cristiane. **Ufam institui Política Linguística** (2019) Disponível em: <<https://flet.ufam.edu.br/ultimas-noticias/95-art-politica-linguistica-flet-ufam.html>>. Acesso em: 12.07.2024.

AVAL

Revista Avaliação de Políticas Públicas

